



António Ventura\*

## A agricultura como base sólida da economia regional

Assinala-se hoje o Dia Mundial da Agricultura, a base sólida da nossa economia regional.

A agricultura açoriana assume um papel determinante na construção de um futuro mais sustentável. É notória a sua expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional.

Falar de agricultura é valorizar a base da economia regional, através do seu empreendedorismo, inovação, inspiração, insistir na qualidade da sua produção, implementar investimentos consequentes, apostar na promoção, incentivação e diversificação que é imprescindível nas nossas ilhas.

Valorizamos os nossos recursos e impulsionamos a economia a um amplo nível, nunca antes atingido.

Em 2024, o setor agrícola açoriano atingiu um marco histórico, com as expedições a ultrapassarem os 458 milhões de euros, o valor mais alto dos últimos 10 anos. Este crescimento reflete a capacidade produtiva e a qualidade dos produtos açorianos, tornando a agricultura um dos principais motores económicos da região. O impacto desta atividade na balança corrente da Região Autónoma dos Açores é inegável, contribuindo significativamente para a criação de riqueza e para a sustentabilidade financeira do arquipélago.

É fundamental continuar a apostar em iniciativas, ações, cursos, projetos de desenvolvimento que possam prosperar, elevando a gestão racional dos recursos existentes, promover a participação ativa e transversal da comunidade, melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores, impulsionar, enaltecendo e proteger o ambiente, o bem-estar animal, as boas práticas agrícolas, a valorização dos recursos florestais e cinegéticos.

Otimizar o setor é imprescindível.

São inúmeros os apoios e medidas elegíveis para prosseguir o caminho trilhado pela Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.

A Federação Agrícola dos Açores tem desempenhado um papel crucial neste sucesso, atuando como elo de ligação entre agricultores, cooperativas e entidades governamentais. Através do seu trabalho incansável na defesa dos interesses do setor, na promoção de boas práticas agrícolas e no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas adequadas, a Federação contribui para a consolidação de uma agricultura moderna, sustentável e competitiva. A sua atuação tem sido determinante para o fortalecimento da representatividade dos produtores açorianos e para a afirmação da agricultura como um pilar essencial da economia regional.

Os Açores destacam-se pelo forte crescimento de produção e de consumidores de agricultura biológica, salientando um aumento da notoriedade de uma alimentação mais saudável. O modo de produção biológico é uma oportunidade acrescida para a diversificação do mercado agrícola e um contributo eficaz para o paradigma de autossuficiência do mercado regional. Desta forma, fomentamos a existência de mais uma opção produtiva e alimentar nos Açores, que permite trilhar vários caminhos agroprodutivos.

A “Marca Açores” permitiu impulsionar os nossos produtos, dando ênfase à identidade e genuinidade de cada uma das nossas ilhas e suas gentes.

A agricultura é a marca da nossa cultura é a simbiose perfeita do passado com o presente.

Somos geograficamente pequenos e ultraperiféricos, mas posicionados de forma geoestratégica a fim de marcar o mapa-mundo e proporcionar matéria-prima de qualidade, produtos de excelência, através da agricultura açoriana.

\*Secretário Regional da Agricultura e Alimentação



André Silveira

## Menos dependência? Comece pelo Governo

Recentemente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, defendeu a sua dependência das subvenções públicas. Numa perspetiva puramente teórica de economia liberal, esta afirmação poderia ter mérito, pois a iniciativa privada deve, idealmente, prosperar sem uma intervenção estatal excessiva. No entanto, considerando o contexto da governação atual e a situação financeira da região, tal declaração é, no mínimo, paradoxal e desprovida de coerência. Como noutros casos, mostra a total alienação da realidade da economia regional por parte do Sr. Presidente, e mostra um sentimento de desconforto para com a iniciativa privada, deixando no ar uma adjectivação subliminar de parasitação.

A continuidade das políticas socialistas, vindas do anterior governo, sempre mostraram que esta coligação não lida bem com a iniciativa privada, mas aqui José Manuel Bolieiro ultrapassou todos os limites do razoável, insultando diretamente os empresários dos Açores. Não admira, não sabe, nunca soube, as dificuldades do que é ser empresário, em particular o micro e pequeno empresário, nem sabe o que é, por exemplo, desesparar que o governo pague a tempo e horas, ou o que são as exigências absurdas da máquina burocrática regional.

O tecido empresarial dos Açores enfrenta desafios estruturais singulares, desde as limitações inerentes à insularidade até à volatilidade dos mercados locais. A maior parte das empresas não recorre a apoios públicos por comodismo, mas sim por imperativo económico, dado que o próprio modelo de desenvolvimento regional tem incentivado essa dependência através de políticas que não estimulam a competitividade de forma sólida e sustentável. Para agravar esta situação, o Governo Regional é um dos principais agentes do estrangulamento financeiro das empresas, ao perpetuar atrasos nos pagamentos e ao acumular dívidas, prejudicando o funcionamento regular do setor privado.

Se o Governo Regional deseja debater autossustentabilidade, deve, antes de mais, assumir essa responsabilidade internamente. Lanço, por isso, um repto ao Sr. Presidente Bolieiro: antes de exortar os empresários a reduzirem a sua dependência do

setor público, equilibre as contas da Região e diminua a dependência do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários. Além disso, assegure que o Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores, com particular incidência na SATA, se torna autossustentável, evitando que os contribuintes continuem a suportar as consequências de gestão deficitária crónica. Problemas herdados mas, até ao dia de hoje, por resolver.

A dependência excessiva da região não se restringe ao setor privado. O próprio Governo Regional sustenta serviços essenciais e resgata empresas públicas deficitárias através de transferências externas. Como pode um executivo que não alcança a sua própria independência financeira exigir tal feito aos empresários?

Ademais, a atual estrutura de incentivos e subsídios é uma criação do próprio Governo, perpetuando um modelo assistencialista herdado de 24 anos de socialismo atlântico. O setor privado encontra-se praticamente compelido a recorrer a sistemas de incentivos, seja para investimento ou contratação, sob pena de perder competitividade face aos seus concorrentes. O Sr. Presidente não pode, por um lado, vangloriar-se dos baixos níveis de desemprego alcançados à custa de políticas de subsidiação ao emprego da sua responsabilidade, e, por outro, exigir que os empresários se tornem independentes da intervenção estatal. As políticas que fomentam a subsidiodependência são responsabilidade do próprio Governo e constituem um reflexo do modelo económico que este promove.

A afirmação do Sr. Presidente poderia ser plausível, não fosse a sua governação seguir precisamente a direção oposta. Exigir sacrifícios ao setor privado enquanto o setor público se exime das mesmas responsabilidades é uma incoerência flagrante. Como bem ilustra a velha máxima, há um fosso entre o que se prega e o que se pratica. A coerência é uma exigência fundamental tanto na política como na economia.

Antes de imputar responsabilidades aos empresários, o Governo Regional deve começar por saldar as suas dívidas, honrar os compromissos assumidos e adotar uma gestão rigorosa dos recursos públicos. Só então poderá ter legitimidade para discursar sobre redução da dependência do setor privado. Os Açores merecem mais e melhor.